

PROJECTO
“Reestruturação do Ensino Secundário em Timor-Leste”

RELATÓRIO

MISSÃO TÉCNICA A TIMOR-LESTE

13-18 de Julho de 2009

Grupo de Missão:

Isabel P. Martins

Gillian Moreira

Ângelo Ferreira

Universidade de Aveiro

Agosto 2009

ÍNDICE

1. Introdução / Enquadramento	3
2. Trabalho desenvolvido	5
2.1 Agenda / calendarização das reuniões e visitas	6
2.2 Descrição das reuniões	7
2.2.1 Membros do Governo e Parlamento Nacional.....	7
2.2.1.1 Vice-Primeiro-Ministro	8
2.2.1.2 Ministro da Educação e Cultura	8
2.2.1.3 Comissão parlamentar F (Saúde, Educação e Cultura)	10
2.2.2 Estruturas intermédias de governo / administração pública	11
2.2.2.1 Director-adjunto do Currículo Nacional.....	11
2.2.2.2 Inspector-geral do Ministério da Educação / Directores Regionais de Educação	12
2.2.3 Autoridades religiosas	13
2.2.3.1 Bispo de Baucau	13
2.2.3.2 Vigário Geral de Díli	14
2.2.4 Autoridades / entidades portuguesas	15
2.2.4.1 Embaixador de Portugal em Díli.....	15
2.2.4.2 Conselheiro para a Cooperação da Embaixada de Portugal em Díli	18
2.2.4.3 Coordenador do Programa de Reintrodução da Língua Portuguesa (PRLP)	19
2.2.4.4 Programa de Cooperação CRUP/FUP/CCISP com Timor-Leste.....	20
2.2.4.5 Instituto Camões em Díli.....	21
2.2.4.6 Escola Portuguesa de Díli.....	21
2.2.5 Instituições Internacionais - UNICEF	23
2.2.6 Instituições Timorenses.....	24
2.2.6.1 Reitor da Universidade Nacional de Timor Lorosa'e (UNTL) / Vice- Director do Instituto Nacional de Linguística (INL).....	24
2.2.6.2 Decano da Faculdade de Ciências da Educação / Docentes.....	25
2.2.6.3 Escolas Secundárias	26
2.2.6.4 Externato de São José / Padre Leão da Costa	28
3. Conclusões e considerações finais.....	29
Agradecimentos.....	34

1. Introdução / Enquadramento

O presente documento constitui o **Relatório do Grupo de Missão a Timor-Leste**, realizada de 13 a 18 de Julho de 2009, constituído por Isabel P. Martins, Gillian Moreira e Ângelo Ferreira. A missão técnica desenvolvida constitui o primeiro acto público da equipa que levará a cabo o Projecto de Reestruturação do Ensino Secundário em Timor-Leste patrocinado pela Fundação Calouste Gulbenkian (FCG) e o Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento (IPAD), e para cuja coordenação foi convidada Isabel P. Martins, Professora Catedrática e Vice-Reitora da Universidade de Aveiro.

Tal como enunciado no Pré-Projecto apresentado à FCG em Maio de 2009, e aprovado, o Projecto tem por objectivo a elaboração de uma proposta de reestruturação do Currículo do Ensino Secundário de Timor-Leste, adequado à realidade, mobilizador da sociedade timorense e capaz de vencer os desafios de desenvolvimento que se colocam ao jovem País. A par da proposta de reestruturação do sistema de Ensino Secundário em Timor-Leste serão também preparados os respectivos instrumentos e metodologias de implementação, os quais serão testados através de um estudo piloto cujo acompanhamento e avaliação permitirão introduzir as alterações necessárias à sua generalização a todo o País.

Assim, definiram-se, no pré-Projecto, os seguintes objectivos específicos:

- i) Elaborar um programa curricular do ensino secundário para Timor-Leste, tendo por base um quadro de referências a definir adequado à realidade sócio-cultural timorense, mas com uma visão prospectiva sobre o futuro.
- ii) Definir metodologias de implementação do projecto e respectiva calendarização.
- iii) Elaborar os Programas das disciplinas nucleares integrantes do currículo, os recursos Didácticos para Professores (Guiões Didácticos) e Alunos (Manuais Escolares).
- iv) Identificar as condições de aplicabilidade progressiva do programa curricular elaborado.
- v) Realizar estudos piloto através dos quais seja possível identificar condições físicas e materiais necessárias, bem como os recursos humanos adequados. Para isso, será necessário proceder à selecção das escolas e dos professores e

programar as necessárias acções de formação de professores e outros técnicos a envolver.

Beneficiários do projecto

O destinatário do Projecto de reestruturação do Ensino Secundário é o Ministério da Educação de Timor-Leste. Pretende-se, através da proposta a construir, capacitar o Ministério da Educação com instrumentos que permitam melhorar o nível de ensino secundário e, conseqüentemente, de educação em Timor-Leste.

Os beneficiários **directos** do projecto serão:

- i) Os alunos do nível secundário dos estabelecimentos de ensino onde a nova estrutura curricular se implementará e, posteriormente, todos os alunos do ensino secundário quando o programa se generalizar. As melhorias esperadas situar-se-ão no aumento da coerência do modelo quando comparado com anteriores, na adequação do ensino à realidade nacional de Timor-Leste e aos desafios com que se confronta a sociedade timorense, em particular os jovens, quer no prosseguimento de estudos superiores, quer de saídas profissionais. A conjugação destes factores poderá incrementar a motivação pelo estudo.
- ii) Os professores timorenses do ensino secundário que, sendo elementos fundamentais da aplicação da nova estrutura e concretização dos objectivos estabelecidos, verão a sua missão dignificada e a sua função devidamente apoiada e qualificada.
- iii) Os estabelecimentos de ensino secundário de Timor-Leste os quais sendo receptores das actividades do projecto verão melhorar a qualidade do seu ensino e a sua adequação às exigências de desenvolvimento do país.
- iv) As famílias dos alunos timorenses, porque a qualidade do sistema educativo influencia favoravelmente o contexto social.

Os beneficiários **indirectos** serão:

- i) O processo de desenvolvimento do País, que aumenta a sua capacidade de inclusão de quadros melhor preparados nas diversas áreas (humanidades, ciências e tecnologias).
- ii) O sector da educação em geral é beneficiário indirecto na medida em que vê a sua eficácia aumentar, com especiais ganhos para o ensino superior,

nomeadamente porque o projecto deverá concorrer para incrementar a motivação dos alunos para o prosseguimento de estudos.

O desenvolvimento do projecto implica a constituição de uma equipa técnico-científica multidisciplinar de docentes universitários capaz de cobrir os domínios científicos das especialidades consideradas essenciais para as vias de ensino prioritárias a desenvolver para o Ensino Secundário em Timor-Leste, depois de analisada a situação no terreno e de ouvidas as autoridades timorenses. Cada um dos responsáveis de disciplina/área científica constituirá a sua equipa de trabalho, com vista a dar cumprimento aos objectivos específicos do respectivo domínio.

Neste enquadramento foi considerado de grande relevância para a equipa a compreensão da realidade timorense, através da auscultação das diversas autoridades quanto às expectativas sobre o Projecto, os constrangimentos e carências do sistema educativo de Timor-Leste, bem como visitar escolas, conhecer e falar com professores, conhecer ambientes vividos pelos alunos. Para isso delineou-se uma visita técnica cuja Agenda de contactos foi mediada pela Embaixada de Portugal em Dili, de forma muito eficaz.

O Grupo de Missão foi constituído pela Coordenadora do Projecto, Isabel P. Martins, por um membro da equipa técnico-científica, Gillian Moreira, Professora da Universidade de Aveiro, e Ângelo Ferreira, Assessor Principal do Projecto.

O Relatório que se apresenta constitui o descritivo da missão, tal como entendido pelos seus autores, bem como as orientações aduzidas para o Projecto.

2. Trabalho desenvolvido

O trabalho desenvolvido pelo Grupo desenrolou-se em três fases: (1) preparação da Missão e temas a discutir com cada um dos interlocutores / entidades; (2) realização das reuniões conforme calendarização; (3) reflexão após as reuniões sobre as principais conclusões extraídas.

2.1 Agenda / Calendarização das reuniões e visitas

Dia 13, Segunda-feira

9h00: Embaixador de Portugal em Díli, Dr. Luís Barreira de Sousa

11h00: Conselheiro para a Cooperação da Embaixada de Portugal em Díli, Dr. José da Silva Pereira

11h45: Director-adjunto do Currículo, Dr. Domingos Maia

13h00: Almoço

14h00: Direcção da Escola Portuguesa de Díli (Directora Prof. Ana Maria Ferreira e Prof. João Roseiro)

16h00: Ministro da Educação e Cultura de Timor-Leste, Prof. Doutor João Cândio Freitas

Dia 14, Terça-feira

8h30: Vice-Primeiro-Ministro, Dr. José Luís Guterres

10h00: Reitor da Universidade Nacional de Timor Lorosa'e e Sub-Director do Instituto Nacional de Linguística

13h00: Almoço

14h00: Decano da Faculdade de Ciências da Educação da UNTL / Professores da Faculdade de Ciências da Educação

16h30: Vigário Geral de Díli, Padre Apolinário Guterres

17h30: UNICEF

18h30: Representante da FUP em Timor-Leste, Doutor Vasco Fitas da Cruz

Dia 15, Quarta-feira

11h00: Bispo de Baucau, D. Basílio do Nascimento

12h30: Almoço

15h30: Escola Secundária N.º 2 de Baucau (Estatal)

17h:30: Regresso a Díli

Dia 16, Quinta-feira

10h30: Escola Secundária Paulo VI (Escola Católica, Díli)

12h30: Almoço

14h30: Inspector-Geral e Inspectores Regionais da Educação / Directores Regionais de Educação

17h00: Instituto Camões em Díli, Dra. Isabel Gaspar

Dia 17, Sexta-feira

9h00: Comissão Parlamentar F (Educação, Saúde, Cultura)

11h30: Escola Secundária 4 de Setembro (Estatal, Díli)

12h30: Programa de Reintrodução da Língua Portuguesa, Dr. Filipe Silva

13h00: Almoço

14h30: Ministro da Educação e Cultura, Prof. Doutor João Cândio Freitas

15h30: Escola Secundária 12 de Novembro (Estatal, Díli)

17h00: Externato de São José, Padre Leão da Costa e Dra. Fátima Soares (Privada, Díli)

Dia 18, Sábado

11h50: Ministro da Educação e Cultura, Prof. Doutor João Cândio Freitas

13h00: Almoço na Residência do Senhor Embaixador

2.2 Descrição das reuniões

As reuniões do Grupo de Missão foram objecto de marcação prévia mediada pela Embaixada de Portugal em Díli. Em geral o horário foi cumprido e, em casos de imprevistos justificados, foi feito o reagendamento. Em todos os casos o Grupo foi ao encontro dos interlocutores, nas instalações próprias de cada um.

As reuniões começaram com a apresentação do Grupo e explicitação das finalidades da visita.

Todos os interlocutores se mostraram inteiramente disponíveis para as reuniões, ouviram com interesse os nossos propósitos e manifestaram opinião aberta sobre os assuntos em discussão. No caso de grupos mais numerosos, por exemplo, professores nas Escolas, a interacção não foi tão extensa com cada um por limitações temporais e também porque o que se pretendia era uma opinião do grupo, dispensando-se alguns professores de falar por as suas ideias já terem sido expressas por outros. No entanto, nestes casos em particular, foi perguntado se mais alguém desejava pronunciar-se.

Na organização desta secção agruparam-se os interlocutores por categorias de acordo com a posição institucional e profissional, para facilitar a sistematização das opiniões de forma mais útil. Nas reuniões com um interlocutor único as opiniões apresentadas são as do próprio, conforme interpretação que o grupo de Missão lhes atribuiu. Em nenhum dos casos se trata, pois, de uma transcrição do que foi dito mas tão-só de uma interpretação em contexto, cuja responsabilidade é assumida pelo Grupo de Missão.

2.2.1 Membros do Governo e Parlamento Nacional

Nesta secção descrevem-se as principais ideias recolhidas nas reuniões com o Senhor Vice-Primeiro-Ministro (Dr. José Luís Guterres), o Senhor Ministro da Educação e Cultura (Doutor João Cândio Freitas) e a Comissão Parlamentar F (Saúde, Educação e Cultura) (Presidente Dr. Virgílio Maria Dias Marçal).

2.2.1.1 Vice-Primeiro-Ministro

O Senhor Vice-Primeiro-Ministro, Dr. José Luís Guterres, referiu a área da Educação como uma das prioridades do Governo Timorense, pelo que considerou de grande importância o projecto ora iniciado. Considera que Timor-Leste terá de se preparar para entrar na era da globalização, sem perder a identidade própria. A posição geográfica de Timor-Leste permitirá a este País tornar-se uma “casa da família CPLP” na Ásia (negócios, cultura). O desenvolvimento e consolidação da Língua Portuguesa serão instrumentos privilegiados para desenvolver essa estratégia. Sublinha que é necessário, com os parceiros, encontrar formas de melhorar o ensino do português e permitir a sua recuperação por todos os timorenses. Haverá diversas formas de o fazer, via formal (programas próprios) e não formal ou mesmo informal (por exemplo, programas televisivos). Sublinha o papel das línguas no desenvolvimento das sociedades, em sentido alargado, mas atribui-lhe também uma finalidade prática para domínios de actividade específicos, como no caso do Turismo, uma aposta do Governo para o desenvolvimento do País. Tendo em conta o contexto geográfico será, pois, necessário ter conhecimentos de chinês, japonês, malaio, inglês e outras.

Singapura e Coreia do Sul são países que menciona como se tendo desenvolvido graças à aposta na educação.

Ao nível do ensino formal sublinha a importância, para lá das disciplinas da área das ciências, tecnologias e línguas, de disciplinas de História (Universal e de Timor-Leste), Geografia, Antropologia e Sociologia.

2.2.1.2 Ministro da Educação e Cultura

O Grupo de Missão reuniu duas vezes com o Senhor Ministro da Educação e Cultura, Professor Doutor João Cândio Freitas, no primeiro dia para apresentar cumprimentos e colher opiniões sobre a situação actual do ensino secundário, bem como de propostas para o seu desenvolvimento, e no último dia para darmos conta dos contactos estabelecidos, bem como das nossas reflexões sobre os principais problemas identificados.

Em ambas as reuniões o Senhor Ministro pautou as suas opiniões por uma elevada preocupação com a qualidade da educação, mas movido por uma grande esperança na consecução de uma política que permita melhorar o sistema educativo e as

Escolas. Manifestou enorme empenho em conseguir condições para as mudanças necessárias na Educação.

Nas carências do sistema actual destaca: o currículo secundário e pré-secundário ainda serem os da Indonésia, embora adaptados; a formação deficitária dos professores, em língua Portuguesa e nas áreas específicas; o parque escolar, que necessita de intervenção profunda. O Estatuto da carreira docente também está a ser pensado.

Quanto à organização do parque escolar, considera ser necessário repensar a rede de escolas secundárias (actualmente 68), pois nem todas são viáveis. Ter, pelo menos, uma escola de referência em cada capital de distrito será muito importante.

Tem planos para dotar as Escolas de melhores infra-estruturas, afirmando a necessidade de incluir também laboratórios e bibliotecas. No caso dos Laboratórios para as Ciências Experimentais solicitou apoio para a sua concepção tendo em conta os Programas que vão ser preparados.

Considera ser prioritária a definição de um Currículo para o Ensino Secundário Geral (prosseguimento de estudos) capaz de proporcionar uma formação de base sólida. Para isso, será também necessário existir articulação de todos os ciclos/níveis de ensino. No caso do ensino secundário há que ter em conta o currículo do ensino pré-secundário. Ao nível do Secundário defende um currículo completo incluindo as áreas de “Ciências e Tecnologias” e “Ciências Sociais e Humanidades”.

Embora o ensino secundário não se esgote na via académica, o Senhor Ministro considera o Ensino Secundário Geral prioritário como base também para sustentar um currículo técnico-profissional. Aliás, poderá existir um tronco comum que proporcione uma base cultural geral a todos os alunos.

Sobre o ensino das línguas considera ser essencial aprender bem as línguas oficiais. O inglês deverá ser ensinado como língua internacional no ensino secundário, e deverá ser obrigatória.

Reconheceu ser muito importante haver Manuais para os alunos e Guiões para o Professor, mostrando-se empenhado em procurar fontes de financiamento para a sua publicação e meios adequados para a sua distribuição.

Relevou a pertinência da experimentação no terreno dos programas a serem concebidos, em escolas piloto, bem como a conveniência do envolvimento de professores timorenses e a necessidade de faseamento e do acompanhamento da equipa que os elabora.

Considerou ser muito importante a actividade da Escola Portuguesa de Dili, bem como do Externato São José. Da articulação entre ambas poderão resultar exemplos de boas práticas a seguir em outras escolas.

2.2.1.3 Comissão parlamentar F (Saúde, Educação e Cultura)

A Comissão Parlamentar F recebeu o Grupo, acompanhado pelo Senhor Conselheiro para a Cooperação, nas instalações do Parlamento Nacional. Esteve presente o Senhor Vice-Presidente do Parlamento Nacional de Timor-Leste (Dr. Vicente Guterres), o Senhor Presidente da Comissão (Dr. Virgílio Maria Dias Marçal, CNRT), o Sr. Vice-Presidente (Dr. Francisco da Costa, FRETILIN) e os Srs. Deputados Ilda da Conceição (FRETILIN), Mateus de Jesus (Partido da Unidade Nacional) e Francisco de Araújo (ASDT).

A reunião pautou-se por um clima de abertura franco sobre problemas e carências do sistema educativo.

Sendo o Currículo do ensino secundário um “currículo de emergência”, pois limita-se a ser uma adaptação simples do currículo indonésio, consideram ser necessário um profundo trabalho envolvendo também os próprios professores, mobilizando-os, como responsáveis educativos, para os desafios que se colocam.

A Comissão Parlamentar salientou a necessidade de integração dos vários ciclos de ensino (escola infantil, ensino básico: primário + pré-secundário, ensino secundário). Referiu-se também ao Ensino Superior o qual necessita de melhoria (um indicador importante: das 19 universidades existentes só 14 se apresentaram à acreditação e apenas 3 foram aprovadas).

O ensino secundário deverá contemplar as áreas de ciências e tecnologias, ciências sociais e humanidades. Relevaram a importância de saberes disciplinares sobre História (Universal e de Timor-Leste), Filosofia, Língua Portuguesa. O Português foi considerado determinante para o desenvolvimento do País. Deverá, pois, ser língua veicular do ensino e ainda disciplina no ensino secundário. Consideram Portugal como um parceiro privilegiado para a formação em língua portuguesa e salientam o importante papel desempenhado pelo PRLP em curso.

A Comissão Parlamentar F pautou a sua visão sobre o ensino formal, e no caso particular do ensino secundário, numa perspectiva de educação e não de mera instrução. Com efeito, considera que a educação cívica deve ser uma preocupação

abrangendo temáticas relevantes do ponto de vista pessoal e social como, por exemplo, direitos e deveres dos cidadãos, valores, educação para a saúde (HIV-SIDA, planeamento familiar).

Resumindo, as reuniões havidas com os Membros do Governo e do Parlamento Nacional foram de enorme importância para o nosso conhecimento sobre: o estado do sistema educativo, as prioridades dadas à Educação, a importância atribuída à língua Portuguesa como instrumento de identidade dos Timorenses, a necessidade de equacionar de raiz um currículo do ensino secundário que cubra as áreas de Ciências e Tecnologias e de Ciências Sociais e Humanidades, a enorme abertura e expectativa sobre o trabalho de Portugal na reestruturação dos Currículos de Timor-Leste.

2.2.2 Estruturas intermédias de governo / administração pública

Nesta secção descrevem-se as principais ideias recolhidas nas reuniões havidas com os responsáveis de estruturas intermédias do Ministério da Educação. Dada a maior proximidade que detêm com as Escolas e os Professores, foi entendimento do Grupo de Missão que se encontravam em posição de poder descrever os problemas existentes nas escolas, dada a impossibilidade de podermos visitar todas elas. Assim, ouvimos o Senhor Director-adjunto do Currículo Nacional e um grupo bastante alargado de responsáveis na área da Educação e cobrindo todo o País, incluindo o Inspector-geral e Inspectores Regionais da Educação, Directores Regionais de Educação, os quais se deslocaram expressamente ao Ministério da Educação para reunir connosco.

2.2.2.1 Director-adjunto do Currículo Nacional

A reunião com o Dr. Domingos Maia, Director-adjunto do Currículo Nacional, tomou lugar no Ministério da Educação em Dili, e teve como objectivo central entender melhor a organização e o funcionamento do sistema educativo timorense, em particular no que diz respeito ao ensino secundário. O Sr. Director-adjunto acentuou as limitações e carências do sistema actual, considerando, nomeadamente, que o currículo do secundário está com dois anos de atraso em relação ao que estava previsto para a sua implementação. Enfatizou a falta de organização das escolas e de

uniformidade no seu funcionamento, o que descreveu como sendo muito dependente das infra-estruturas e condições existentes em cada escola.

A Lei de Bases da educação de Timor-Leste define o Ensino Obrigatório até ao 9.º ano, compreendendo um ciclo primário de 6 anos e um ciclo pré-secundário de 3 anos. Existem em funcionamento cerca de 700 escolas primárias, 112 pré-secundárias e 50 secundárias, para 200 mil alunos no primário, 100 mil no pré-secundário, 50 mil no secundário. Referiu ainda que os dados existentes sobre o sistema de ensino são díspares e às vezes contraditórios entre diferentes entidades (e.g. UNICEF *versus* Governo).

Em geral, o actual sistema secundário contempla uma escolaridade de 4 a 5 horas por dia, funcionando 5 a 6 dias por semana. Existe disparidade nos horários e carga lectiva dos professores, e em relação aos salários, os professores com vínculo recebem o mesmo salário, qualquer que seja o número de horas que leccionam. Confirmou que não há ensino das TIC, que as bibliotecas são deficientes ou inexistentes e que não há hábitos de leitura. Referiu-se a uma grande falta de professores em geral e em particular de professores de língua portuguesa no ensino secundário, bem como de professores habilitados a ensinar em língua portuguesa as outras matérias. Neste sentido, sublinhou a importância de se fazer formação dos professores para que possam ensinar em língua portuguesa.

Finalmente enfatizou a importância do contributo para o currículo de elementos timorenses.

2.2.2.2 Inspector-geral do Ministério da Educação / Directores Regionais de Educação

Teve lugar no Ministério da Educação, em Díli, uma reunião com o Inspector-geral do Ministério da Educação e cerca de 25 outros elementos, entre inspectores, sub-inspectores, directores regionais e superintendentes distritais. A reunião foi bastante participada, e os intervenientes revelaram algumas preocupações em relação ao projecto em mãos, de notar: a necessidade de articular o currículo do ensino secundário com os outros ciclos de ensino e de o ligar ao mundo de trabalho, conferindo competências para o mercado de trabalho.

Referiram ainda as deficiências principais do actual ensino secundário, adaptado do currículo indonésio e revelador de graves carências, nomeadamente:

- a necessidade de mais e melhor formação dos professores timorenses em língua portuguesa, de preferência através de cursos de formação mais longos, reconhecendo a importância do apoio do Estado português neste empreendimento;
- a necessidade de mais e melhor formação dos professores nas diferentes especialidades científicas, nomeadamente através de actividades de requalificação profissional (formação contínua);
- a falta de recursos no sistema actual, que se apoia em sebatas escritas por cooperantes brasileiros, e, em particular, a falta de computadores e laboratórios nas escolas estatais.

Em relação à reestruturação do currículo do ensino secundário, sublinharam a importância de um currículo orientado por valores humanos, centrando-se na cultura e identidade de Timor, com vista ao desenvolvimento de valores colectivos e individuais e a formação integral da pessoa. Foi referida a necessidade de adequar o currículo às realidades de Timor-Leste (especialmente no que diz respeito à geografia, à história e à cultura). Sublinharam igualmente a necessidade de desenvolver nos jovens timorenses competências adequadas ao mundo de trabalho, sugerindo a criação de escolas profissionais de qualidade.

Finalmente, o grupo salientou a importância de realizar uma sessão de auscultação e partilha com directores das escolas e professores timorenses em fase posterior, para assegurar a adequação do projecto com o contributo dos seus principais agentes.

2.2.3 Autoridades religiosas

As reuniões com as autoridades religiosas foram consideradas pelo Grupo de Missão como de grande importância dado o papel que a igreja católica sempre desempenhou no apoio às populações timorenses e, em particular, nas preocupações publicamente assumidas quanto à importância da educação. Escolheram-se duas personalidades de grande relevo, o Senhor Bispo de Baucau e o Senhor Vigário Geral de Díli. Ambas as reuniões foram extremamente enriquecedoras para o pensamento do Grupo.

2.2.3.1 Bispo de Baucau

O Senhor Bispo de Baucau, D. Basílio do Nascimento, salientou a importância da língua portuguesa para a identidade do povo timorense e lamentou o desfasamento

entre as intenções enunciadas e a sua prática. A este respeito afirmou que o governo deveria ser mais interventivo, referindo a título de exemplo que comunicados do Governo em língua inglesa não deveriam ocorrer, pois constituem aparentemente uma contradição de princípios.

O Senhor Bispo recomendou mesmo um maior apoio do Ministério da Educação de Portugal ao Ministro da Educação (assessoria técnica), para que o processo de reintrodução da língua portuguesa possa efectivar-se. Aliás, sublinhou a relevância de Timor-Leste ser membro efectivo da CPLP, pelo que a língua portuguesa tem um papel fundamental.

Quanto à organização do Ensino Secundário para Timor-Leste, considera que este deverá desenvolver o pensamento crítico dos alunos. Recomenda para isso a inclusão de Filosofia; o Latim ajuda à compreensão do português e de outras línguas; apela à importância da Geografia. Considera também como muito importante os estudos artísticos.

Sublinhou ainda a necessidade de o currículo fazer sentido para os destinatários, pelo que destacou a importância de os timorenses (políticos, professores e demais agentes) se sentirem envolvidos na construção do projecto e, por isso, co-responsáveis.

A reunião com o Senhor Bispo de Baucau decorreu em ambiente de grande frontalidade de opiniões. Reconheceu defender posições algo polémicas, mas sentiu-se à vontade para o fazer por já o ter feito aos próprios.

2.2.3.2 Vigário Geral de Díli

O Senhor Vigário Geral de Díli, Padre Apolinário Guterres, na reunião que concedeu ao Grupo enfatizou o espírito timorense, que resulta do encontro do povo de Timor com Portugal, e não deve ser apagado: «Tudo aquilo que vier colocar um “borrão” em cima, nós desconfiamos logo». É necessário manter a identidade timorense que também se afirma através da língua portuguesa.

Considera que os timorenses são multilíngues; que a aprendizagem da língua portuguesa e outras não é difícil para os timorenses. Precisar-se-á de ser adequadamente enquadrada. O Currículo do Ensino Secundário não poderá esquecer a língua Portuguesa como língua de ensino e como disciplina.

2.2.4 Autoridades / entidades portuguesas

A missão levada a cabo dependeu em primeiro lugar das condições proporcionadas pela Embaixada de Portugal em Díli. O conhecimento que as autoridades / entidades portuguesas residentes em Díli detêm foi considerado da maior importância para o Projecto de reestruturação do Ensino Secundário em Timor-Leste. Solicitámos, por isso, ouvir o Senhor Embaixador (Dr. Luís Barreira de Sousa), o Senhor Conselheiro para a Cooperação (Dr. José da Silva Pereira), o Senhor Coordenador do Programa de Reintrodução da Língua Portuguesa (Dr. Filipe Silva), o Senhor Representante e Coordenador Local do Programa de Cooperação CRUP/FUP/CCISP com Timor-Leste (Doutor Vasco Fitas da Cruz), a Senhora Responsável pelo Centro de Língua Portuguesa do Instituto Camões em Díli (Dra. Isabel Gaspar) e a Senhora Presidente da Comissão Executiva Instaladora da Escola Portuguesa de Díli (Dra. Ana Maria Ferreira). Nesta secção relatam-se as informações e opiniões recolhidas nas várias reuniões.

2.2.4.1 Embaixador de Portugal em Díli

A primeira reunião do Grupo de Missão foi com o Senhor Embaixador de Portugal em Díli, Dr. Luís Barreira de Sousa. Na reunião, que ocorreu na Embaixada de Portugal, esteve também presente o Senhor Conselheiro para a Cooperação, Dr. José Silva Pereira.

No final da missão, no dia da viagem de regresso, o Grupo voltou a reunir com o Senhor Embaixador, num almoço na sua residência, para uma apreciação / balanço das reuniões e visitas desenvolvidas.

As reuniões com o Senhor Embaixador pautaram-se por um clima de abertura, o que nos permitiu ter uma visão ampla da situação timorense no sector educativo, em particular da reintrodução da língua portuguesa falada e escrita e ainda das carências materiais e humanas das escolas.

Assim, o Senhor Embaixador começou por nos apresentar uma visão geral sobre a cooperação portuguesa no país desde os seus primórdios, em particular quanto às opções tomadas em termos do projecto de reintrodução da língua portuguesa (primeiro professores portugueses a ensinar nas escolas, depois professores portugueses a formar professores timorenses em língua portuguesa).

De acordo com a lei de bases do sistema educativo, o ensino deverá ocorrer em português estando prevista a sua reintrodução progressiva. Em 2008 já deveriam estar a ser ensinados os três anos do ensino pré-secundário em português. No corrente ano lectivo deveria estar a ser leccionado em português o primeiro ano do Secundário. No entanto, tal não acontece de forma generalizada por carências na formação de professores e baixa capacidade de expressão dos alunos em língua portuguesa. Para a maioria destes jovens os seus pais também não falam português.

A tarefa configura-se como de enorme dimensão dado existirem cerca de 7000 professores ensino primário e 4500 ensinos pré-secundário e secundário, dispersos por todo o País.

O Programa de Reintrodução da Língua Portuguesa (PRLP) em curso, dirigido a professores é de carácter voluntário, os professores inscrevem-se com intuito de aprender também outras matérias (matemática, geografia, meio-ambiente, etc.), e verifica-se que a taxa de desistência é elevada.

O Senhor Embaixador referiu que o Senhor Ministro da Educação tem consciência da ineficácia do processo pelo que solicitou a realização de um curso intensivo de quatro meses para professores do ensino secundário; no final desta formação, já falavam alguma coisa; tratou-se de um curso voltado para a oralidade, conduzido pelos professores do PRLP, coordenado pela Escola Superior de Educação (ESE) do Porto (Prof. Elisa Sousa), com a duração de 300 horas (regime intensivo total). Abrangeram-se 2500 professores, os quais receberam 5USD por dia. Este ano (2009) já se fizeram mais dois cursos (150+150 horas, regime intensivo parcial) para professores que trabalham nas capitais de distrito, sem pagamento aos formandos e a adesão foi baixa (em vez de turmas de 30, tivemos turmas de 10 a 15 alunos). Para o Senhor Embaixador a eficácia do processo seria melhorada se os professores portugueses fizessem o acompanhamento dos professores timorenses em sala de aula. Aliás, foi pedido à ESE Porto para pensar como é que isto se poderia fazer.

Paralelamente, persiste o problema do ensino em português nas Universidades: 9500 alunos na UNTL e 5500 nas privadas aprendem em língua indonésia.

Existe, no entanto, um dado muito interessante que não deveria ser desprezado: religiosas portuguesas, que foram para Timor-Leste depois da independência, têm ATL onde as crianças aprendem português mais depressa e melhor do que nas escolas. Importaria compreender por que razão tal acontece.

Estão previstas, pelo Governo, medidas que poderão resolver algumas dificuldades: mudança do calendário lectivo, passando a ser adoptado o do Hemisfério Sul (próximo

ano lectivo inicia-se em Janeiro de 2010); no 2.º semestre de 2009 (sem aulas nas escolas) haverá formação intensiva dos professores timorenses em língua portuguesa; o estatuto da carreira docente está em preparação (neste momento os professores são funcionários públicos indistintos); foi pedido à UNICEF para fazer *Assessment Test* para acesso à profissão docente (português, matemática e cultura geral); está previsto que o ano lectivo funcione dividido em 3 trimestres de 2 meses e meio cada, com intervalo de 1 mês ou mês e meio para permitir fazer formação de professores em tempo integral.

As carências do sistema educativo em Timor-Leste perduram, apesar da existência de novos programas. Por exemplo, o primário tem novo currículo, mas os manuais só agora chegaram a Timor-Leste (estando ainda no porto de Díli), cinco anos depois do currículo aprovado. O currículo do ensino pré-secundário só foi adjudicado este ano.

O Governo desenvolve esforços para resolver os principais problemas, ainda no actual mandato (até 2012). Assim, o Ministro da Educação pretende que todos os professores tenham um Bacharelato em Língua Portuguesa até 2012. O PRLP levou a cabo um bacharelato para professores, em diversos distritos, mas isso criou alguma instabilidade no ensino, pois os professores tinham de deixar escola durante dois dias por semana.

O Primeiro-Ministro Xanana Gusmão quer currículos e manuais o mais depressa possível. Dados os bons resultados dos ATL das religiosas na aprendizagem da língua portuguesa, o Primeiro-Ministro gostaria de entregar a gestão de algumas escolas estatais (escolas básicas, que resultarão da junção do primário com pré-secundário) a grupos de religiosas, mas o processo parece encontrar dificuldades do ponto de vista legal.

As escolas primárias e pré-secundárias encontram-se atomizadas, não estando agrupadas (existe intenção do MEC de fazer agrupamentos e, assim, introduzir elementos de melhor organização no sistema).

O Senhor Presidente da República terá manifestado o desejo de ter uma Escola Portuguesa em cada capital de distrito (13 distritos).

Quanto ao Ensino Secundário o Senhor Embaixador considera que é absolutamente vital e urgente fazer-se um currículo geral do ensino secundário completo, que permita o prosseguimento de estudos superiores em Timor, mas também nos países da região, em Portugal e na CPLP. A língua de ensino deve ser o Português. O currículo deve ser adequado à realidade timorense, mas também cumprir padrões internacionais.

2.2.4.2 Conselheiro para a Cooperação da Embaixada de Portugal em Díli

A reunião com o Senhor Conselheiro para a Cooperação da Embaixada de Portugal em Díli, Dr. José Silva Pereira, teve lugar na Embaixada e nela participou também o Dr. Filipe Silva, Coordenador do Projecto de Reintrodução da Língua Portuguesa.

A intervenção do Senhor Conselheiro pautou-se pelo esclarecimento de intervenções respeitantes ao apoio da cooperação portuguesa, em particular no ensino da língua portuguesa.

Segundo ele a Escola não conseguirá resolver todas as carências. Será necessária a conjugação de esforços de várias entidades. Por exemplo, a televisão, hoje acessível a grande parte da população, poderia fornecer programas em língua portuguesa, e evitar a tradução para língua indonésia de programas produzidos no Brasil ou em Portugal. Neste contexto lamentou o atraso da instalação de 6 antenas de radiodifusão (acordo com RTP ainda não cumprido).

O tema da formação em línguas foi alvo de várias apreciações. Por exemplo, o inglês e o indonésio estão consideradas na Constituição como línguas de trabalho, mas nas disposições transitórias apenas; não se deveria falar inglês ao nível das representações internacionais, e acontece que os representantes não cumprem e os governantes timorenses também falham neste domínio.

Um inquérito recente (2007) sobre as diversas línguas em Timor-Leste evidenciou: 15,6% de falantes de Português (5,3% em 2001); 38,2% de Indonésio (42,6% em 2001); 4% de Inglês (2% em 2001) e 87,4% de Tétum (81,7% em 2001). Os resultados revelam um reconhecido avanço da língua portuguesa, havendo, porém, muito trabalho a fazer.

O PRLP tem tido grande apoio financeiro (5,5 milhões de Euros), mas os resultados estão ainda longe do desejável.

Algumas incoerências existem, a nível internacional. É o caso da União Europeia onde os apoios para Timor (programa indicativo) não consideram a educação; terão de ser os timorenses a pedir apoios para o sector, nomeadamente para o ensino da língua portuguesa.

A UNICEF financia currículo do primário (levado a cabo por uma equipa liderada pelo Dr. António Henriques Carneiro); financia currículo do pré-secundário (levado a cabo pela Universidade do Minho, em curso); co-financia a Cooperação Portuguesa (IPAD).

Os manuais escolares para o primário foram editados pela LIDEL (que além de manuais próprios para Timor-Leste, também formou professores); algumas editoras portuguesas têm oferecido manuais usados em Portugal (currículo português).

O Senhor Conselheiro referiu algumas pessoas que têm trabalho sobre história de Timor-Leste: Prof. Alfredo Caldeira, Prof. José Mattoso, Prof. António Monteiro Cardoso; disse ainda que a Fundação Mário Soares deu apoio à organização dos arquivos da Resistência Timorense.

Quanto ao Currículo para o Ensino Secundário considera que não devem ser esquecidas as áreas de Ciências Sociais a par das Ciências e Tecnologias.

A atenção dispensada pelo Senhor Conselheiro ao Grupo de Missão foi muito além desta reunião, pois acompanhou-nos em várias outras: Vice-Primeiro-Ministro, Ministro da Educação, UNICEF e Comissão Parlamentar F. Preocupou-se também em saber se tínhamos sido bem recebidos em todas as outras reuniões onde não pôde estar.

2.2.4.3 Coordenador do Programa de Reintrodução da Língua Portuguesa (PRLP)

O Grupo de Missão reuniu-se formal e informalmente com o Dr. Filipe Silva ao longo da semana da Missão em Timor-Leste, beneficiando de ser este um dos principais guias desta missão.

Apresentou de forma gradual a situação complexa da Língua Portuguesa em Timor-Leste e as dificuldades da sua reintrodução na sociedade timorense.

Havendo cerca de 120 professores portugueses afectos ao PRLP, muitos são recém licenciados e alguns licenciados em áreas não relacionadas com o ensino da Língua Portuguesa. Encontram-se distribuídos pelos vários distritos, estando 61 colocados em Dili, onde dinamizam acções de formação em Português para professores timorenses, mas também para outros funcionários públicos. Os professores do PRLP têm feito missões com duração variável entre 3 a 5 anos. O elo de ligação entre eles é a coordenação do PRLP, no âmbito da Cooperação Portuguesa com Timor-Leste.

Há 7000 professores do ensino primário e 4500 nos ensinos pré-secundário e secundário. Destes, estima-se que uma alta percentagem continua sem falar português e que o ensino na maioria das escolas timorenses continua a ser conduzido em língua indonésia.

Registam-se algumas dificuldades na consecução dos objectivos deste programa que se prendem com a ausência de infra-estruturas, dificuldades de comunicação no

terreno, a enorme necessidade sentida, face às exigências da lei de Bases, de aprendizagem de Português, contrabalançada com a natureza voluntária das acções formativas e a complexa relação entre aprender português e aprender a ensinar as matérias disciplinares em português, e, ainda, dificuldades logísticas no que concerne à articulação da frequência das acções de formação em língua portuguesa com o cumprimento das funções de professor numa escola.

No dia dedicado a Baucau, o Grupo de missão teve oportunidade de conhecer e conversar com professores portugueses que integram o PRLP, de ver uma aula em funcionamento, de assistir à entrega de diplomas a funcionários administrativos da Procuradoria-Geral. O clima presenciado foi de grande satisfação, quer por professores, quer por formandos, verificando-se forte empenho nas actividades de formação.

2.2.4.4 Programa de Cooperação CRUP/FUP/CCISP com Timor-Leste

O Grupo de Missão reuniu-se, no dia 14 de Julho, com o Representante e Coordenador local do Programa de Cooperação CRUP/FUP/CCISP com Timor-Leste, Doutor Vasco Fitas da Cruz, na Universidade Nacional de Timor-Leste.

Nesta reunião foi feita uma descrição genérica da estrutura da UNTL, Faculdades existentes e áreas/cursos de formação, assim como do projecto de cooperação entre a Fundação das Universidades Portuguesas e a UNTL.

Discutiram-se aspectos importantes a contemplar no currículo a desenhar, tomando em consideração as carências do actual currículo e as necessidades de Timor-Leste. O currículo novo deveria adaptar-se à realidade timorense, contemplando as áreas das Ciências e Tecnologias, numa resposta mais imediata ao mercado de trabalho, de Ciências Sociais e Económicas e, eventualmente, de Humanidades e Artes. No grupo das disciplinas transversais deveriam incluir-se a Língua Portuguesa, a Informática, uma língua complementar, eventualmente o Inglês, a Educação Cívica e uma área disciplinar que contemplasse o desenvolvimento do sentido crítico e conhecimentos de Filosofia e de História Universal.

Foi ainda feita referência a um processo de alfabetização levado a cabo por formadores cubanos, com nota sobre a complexidade que isso, na opinião do nosso interlocutor, poderia trazer à reintrodução do Português.

2.2.4.5 Instituto Camões em Díli

Teve lugar nas instalações do Instituto Camões na UNTL uma reunião com a Responsável pelo Instituto Camões, Dra. Isabel Gaspar, e a Sra. Directora do Departamento de Língua Portuguesa da UNTL, ao final da tarde do dia 16 de Julho de 2009. Foi enfoque desta reunião a questão do ensino da língua portuguesa em Timor-Leste.

A disciplina de língua Portuguesa é ensinada no Primário, mas ainda não existe programa para o Pré-Secundário nem para o Secundário.

A responsável pelo Instituto Camões enfatiza a falta de recursos humanos face ao enorme desafio enfrentado pela sociedade timorense no que diz respeito à adopção da Língua Portuguesa, quer como língua oficial do país, quer como língua de ensino.

O próprio Parlamento Nacional não utiliza de forma sistemática o português, embora não exista hostilidade em relação a tal. Realça o apoio da cooperação brasileira na formação em português.

Referiu-se à ausência de hábitos formais de aprendizagem de línguas entre a população timorense e às dificuldades acrescidas de aprendizagem de Português por falantes de Tétum, uma língua crioula, e das outras línguas indígenas de Timor. Foi importante lembrar, neste contexto, o desaparecimento da Língua Portuguesa da vida quotidiana dos timorenses durante os 25 anos da ocupação indonésia.

Acentuou-se a escassez de materiais didácticos para o ensino de Português em Timor, sendo este um contexto de ensino / aprendizagem com características especiais, decorrendo das realidades locais – culturais, sociais, geográficas. Registaram-se, ainda, as carências de formação de professores de Língua Portuguesa, referindo o importante papel que o Instituto Camões poderá vir a ter na formação de formadores para o ensino de Português.

2.2.4.6 Escola Portuguesa de Díli

A reunião com a Presidente da Comissão Executiva Instaladora da Escola Portuguesa de Díli, Prof. Ana Maria Ferreira, e Prof. João Roseiro, teve lugar na Embaixada de Portugal, com a finalidade de aprender mais sobre o funcionamento e organização desta instituição.

A Escola Portuguesa de Dili começou a funcionar em 2002 e presentemente oferece todos os anos do ensino básico, mais dois anos de pré-escolar (4-5 anos de idade), e ainda o primeiro ano do Secundário. No próximo ano lectivo, iniciará o 11º Ano, no ano seguinte o 12º. Acolhe um total de 630 alunos, distribuídos da seguinte forma: 4 turmas do pré-escolar (2 turmas de 4 anos e 2 turmas de 5 anos, com uma média de 23 crianças por turma), e 2 turmas por cada ano seguinte até o 10º Ano, com uma média de 25/28 alunos por turma. Note-se que a oferta do Pré-Escolar na Escola Portuguesa de Díli assume um carácter pioneiro pois não existe ainda institucionalizado em Timor-Leste a Educação Pré-Escolar.

A Escola Portuguesa segue o currículo português, embora alguns programas sejam adaptados ao contexto timorense, nomeadamente os de História (integrando História universal e a História de Timor) e de Geografia (incluindo a Geografia de Timor, do sudeste asiático e a universal). Para tal, a escola lecciona mais 20 dias lectivos do que escolas timorenses. Português é a língua utilizada na escola a partir do 1º Ano de Ensino Básico e a Língua Inglesa é introduzida no currículo no 5º Ano. A partir do 7º ano existe TIC para todos os alunos. No 1.º ciclo e pré-secundário há aulas das 8 às 13h; no secundário é até mais tarde (6h/dia).

Os professores são na grande maioria portugueses, colocados por concurso em Portugal, havendo também timorenses. Em geral, professores e alunos sentem-se muito motivados, havendo casos de professores portugueses com 30 anos de carreira que se «sentem ‘úteis’ pela primeira vez na sua vida profissional». Por parte das famílias, existe uma grande pressão sobre a Escola Portuguesa para receber mais alunos, sendo os bons resultados escolares conseguidos um factor determinante para a procura. Os pais dos alunos envolvem-se muito nas actividades e no funcionamento da Escola.

Como em outros contextos escolares timorenses, os alunos pagam 5 USD/mês de propinas, contribuindo assim para o financiamento da escola e seguindo o princípio de que ‘pagar responsabiliza’. Por outro lado, os manuais utilizados pertencem à escola e são gratuitos para os alunos, sendo oferecidos pelas editoras portuguesas (ASA, Porto Editora, Texto, Areal), e emprestados aos alunos que os levam para casa e se responsabilizam pela sua devolução. Não sendo uma escola de elite, é necessário que pelo menos um dos pais fale português para as crianças poderem ter acesso. Alguns professores apadrinham alunos com mais dificuldades, pagando as respectivas propinas.

O Instituto Camões acompanha a formação em serviço, em língua portuguesa, de professores timorenses nos 7.º e 8.º anos (porque estes não são alvo de exames nacionais). Sublinhou-se, neste âmbito, a importância de melhorar a formação de professores em Timor.

Alguns factores críticos de sucesso foram identificados, tais como: o domínio da Língua Portuguesa (e dos conhecimentos das disciplinas em Língua Portuguesa) por parte dos professores, a organização (administrativa e física) da escola, a entrega/dedicação dos professores, a participação dos pais, a alimentação fornecida aos alunos na Escola.

Foram ainda sublinhados a necessidade e o desejo de muitos timorenses de ter mais Escolas Portuguesas em Timor, nos diversos distritos, bem como uma Escola Superior de Formação de Professores.

2.2.5 Instituições Internacionais - UNICEF

A reunião com representantes da UNICEF teve lugar nas instalações das UN em Dili e durou cerca de 45 minutos. Estiveram presentes, para além dos três membros da equipa portuguesa, Jun Kukita (UNICEF Representative), Bartholomeus Vrolijk (UNICEF Chief of Education), Alfonso Soares Muriel, e ainda o Conselheiro para a Cooperação, o Dr. Silva Pereira.

Esta reunião teve como objectivo estabelecer contacto pessoal com a UNICEF, co-responsável, parceiro financiador pela reestruturação dos currículos do Ensino Básico e Pré-Secundário em Timor-Leste, de modo a garantir a desejada articulação entre os vários níveis de ensino e promover um bom relacionamento de trabalho entre os intervenientes.

Após a apresentação dos vários membros presentes, passou-se ao levantamento e discussão de tópicos considerados importantes na elaboração da proposta para a reestruturação do ensino secundário. Das posições defendidas pela UNICEF salientam-se os seguintes pontos:

- a necessidade de assegurar a sequência articulada entre os diferentes níveis de escolaridade, pelo que a colaboração das equipas responsáveis pela elaboração do currículo do pré-secundário e secundário é imprescindível;

- a importância de tomar consciência da elevada taxa de abandono escolar e da urgência no desenvolvimento de um currículo coerente e adequado às circunstâncias do Timor;

- a relevância de tomar em consideração o problema do desequilíbrio em termos de género ao nível dos professores

Reconhecendo a complexidade da tarefa em mãos em Timor-Leste, referiu-se a importância de desenvolver um modelo participado de reconstrução curricular em que se promova o envolvimento dos vários *stakeholders*, incluindo alunos, eventualmente através de contactos com os *Student Councils* existentes nas escolas. O currículo a construir deve ser realista, mas, ao mesmo tempo, tomar como referência *standards* internacionais, contemplando as duas grandes áreas: ciências e tecnologias e ciências sociais e humanas (o ensino secundário técnico-profissional não faz parte da encomenda desta equipa). Neste sentido, foi acentuada a dificuldade em organizar um currículo que se adaptasse às condições de entrada dos alunos mas que cumprisse metas de saída de acordo com *standards* internacionais. Sublinhou-se, ainda, a urgência em providenciar, de forma alargada e eficaz, programas de formação contínua de professores.

Devemos salientar a grande generosidade e abertura com que fomos recebidos pelos representantes da UNICEF, que se mostraram disponíveis para colaborar na medida das suas possibilidades.

2.2.6 Instituições Timorenses

2.2.6.1 Reitor da Universidade Nacional de Timor Lorosa'e (UNTL) / Vice-Director do Instituto Nacional de Linguística (INL)

A equipa reuniu com o Reitor da Universidade Nacional de Timor Lorosa'e, Professor Doutor Benjamim de Araújo Corte Real, e o Sub-Director do Instituto Nacional de Linguística, Professor Nuno Gomes, no Gabinete do Reitor da UNTL. O Reitor regozijou-se com o envolvimento das Universidades de Aveiro e Minho no processo de reestruturação do currículo, tarefa urgente para a sociedade timorense, sendo o actual currículo do secundário um currículo transitório, sem História Universal, sem Psicologia, sem Filosofia, entre outras lacunas. Referiu-se às grandes deficiências na formação dos jovens. Olhando para o futuro, o ensino secundário deveria proporcionar uma formação global do indivíduo (estruturante) e proporcionar o desenvolvimento de

um pensamento lógico, ser baseado nas áreas das Ciências e Tecnologias e das Humanidades, e integrar uma formação para a cidadania local, nacional e global. Disciplinas centrais neste processo deveriam abarcar temas de religião, ética, direitos humanos, cidadania, história, sociologia, antropologia, psicologia.

O reitor salientou ainda a importância das línguas na formação do jovem timorense, naturalmente multilingue, devendo ser a Língua Portuguesa a língua de instrução e de estudo, e a Língua Inglesa elemento fundamental do currículo a partir do 7º Ano. Referiu a necessidade urgente de promover a formação em língua portuguesa dos professores da UNTL.

Fez a descrição da Faculdade de Ciências da Educação da universidade por departamentos e áreas de formação, sendo estes os Departamentos de Línguas e Culturas Lusófonas, de Formação de Professores para o Ensino Básico, de Língua Inglesa, de Matemática, de Biologia, de Física e de Química (que, no fundo, correspondem aos cursos de formação de professores oferecidos).

No que diz respeito à implementação do currículo do Secundário, aceitou a ideia da vinda de formadores de professores da UNTL à UA para poderem compreender o novo Currículo de Secundário, programas das disciplinas, metodologias de ensino e de aprendizagem e estratégias a implementar, visitando escolas secundárias em funcionamento.

2.2.6.2 Decano da Faculdade de Ciências da Educação / Docentes

Teve lugar no Auditório da Faculdade de Ciências de Educação uma reunião com o Decano, Vice-Decanos e docentes desta Faculdade. Após a apresentação da equipa e da sua missão, convidaram-se os presentes a participar numa conversa alargada sobre o currículo novo, o que deverá incluir e quais serão os desafios a confrontar.

A Faculdade de Ciências de Educação tem 2817 alunos activos e 57 docentes. Destes, 48 são-no em *part-time*, e 12 são docentes internacionais (10 portugueses, 1 americano, e 1 brasileiro). Existe ainda bastante cooperação brasileira a nível da pós-graduação. O currículo do secundário em vigor é o transitório, da Indonésia, de 1994, que, embora adaptado, é considerado inadequado e inapropriado para Timor-Leste.

Os intervenientes mostraram-se principalmente preocupados com a formação de professores e com a implementação e acompanhamento do novo currículo no terreno. A formação de professores deverá constituir-se como uma prioridade: formação em

Língua Portuguesa, formação nas matérias específicas e ainda formação nas metodologias de ensino/aprendizagem adequadas ao novo currículo e aos contextos locais. Especialmente difícil poderá ser a noção de disciplinas integradas das ciências (naturais ou sociais), pois a formação dos professores é, em regra, monodisciplinar. Para o currículo passar do papel à prática, haverá necessidade de experimentação e acompanhamento. Os professores da UNTL questionaram como é que se pensa assegurar este aspecto.

Sobre o currículo propriamente dito, este deverá ter uma filosofia básica, fundamentada na cultura timorense e apropriada às suas reais e actuais necessidades, e ser articulado com o Currículo do Pré-Secundário. Deverá incluir as áreas de Ciências Naturais e Sociais, enfatizando formação em línguas e em filosofia / pensamento crítico.

Para assegurar a adequação do currículo às realidades locais, apelou-se à necessidade de ter parcerias e professores consultores no terreno, integrando a colaboração de timorenses na elaboração do currículo. Os professores intervenientes mostraram-se interessados em poder vir a fazer estágios em Portugal.

2.2.6.3 Escolas Secundárias

Durante a semana em que a equipa esteve em Timor Leste, foi recebida em 4 escolas secundárias, três em Dili - a Escola Secundária Paulo VI, a Escola Secundária 4 de Setembro e a Escola Secundária 12 de Novembro, e uma quarta, a Escola Secundária Nº2, em Baucau.

As respectivas visitas foram precedidas de uma breve caracterização das escolas pelos seus directores.

A Escola Secundária n.º 2 de Baucau (estatal), dirigida pelo professor Faustino Soares, tem 1303 estudantes (462 no 1.º ano, 421 no 2.º ano e 420 no 3.º ano) e 64 professores, dos quais 16 permanentes (M=10, F=6) e 48 contratados pelo governo (M=40, F=8). A escola dispõe de 15 salas de aula e uma biblioteca, com livros em Português, em Indonésio, em Inglês e ainda em Tétum.

A Escola Secundária Paulo VI (católica), dirigida pelo padre Rafael dos Santos, tem 1066 estudantes, dos quais 488 frequentam o 1.º ano do ensino secundário (M=233, F=255), 342 frequentam o 2.º ano (M=158, F=184) e 236 o 3.º ano (M=109, F=127). O corpo docente é constituído por 42 professores, dos quais 5 são permanentes (M=4,

F=1), 8 contratados pelo governo (M=7, F=1) e 29 contratados pela própria escola (M=28, F=1). A escola dispõe de 26 salas de aula, de uma biblioteca, com livros em Português, Indonésio e Tétum, e de um laboratório de informática.

A Escola Secundária 4 de Setembro (estatal), dirigida pelo professor Marcelino da Costa Ribeiro, tem 2569 estudantes (434 no 1.º ano do ensino secundário, 1146 no 2.º ano e 989 no 3.º ano) e 112 professores, dos quais 51 permanentes (M=32, F=19) e 61 contratados pelo governo (M=26, F=35). A escola dispõe de 26 salas de aula e de uma biblioteca, com livros em Português, Tétum e Indonésio.

A Escola Secundária 12 de Novembro (estatal), dirigida pelo professor Domingos Miguel, tem 1164 alunos (M=667, F=497) e 64 professores, dos quais 30 permanentes, 30 contratados pelo governo e 4 voluntários. A escola possui biblioteca, com livros em Português, Indonésio e Inglês.

A recepção em todas estas escolas foi de grande simpatia, hospitalidade e generosidade tanto com o tempo dispensado como com as ideias e opiniões partilhadas. Para além de reunir com directores e professores e conhecer algumas das preocupações sentidas no meio escolar, foi ainda possível visitar instalações e testemunhar as condições reais de funcionamento destas instituições. Deve ser enfatizada a precariedade das condições físicas existentes – edifícios delapidados, espaços caóticos, tectos abertos, falta de luz eléctrica, salas sem mesas e cadeiras, etc., e carências a nível de recursos humanos. É de notar também a energia sentida no grande número de jovens timorenses que frequentam as escolas secundárias, e a força de vontade e resiliência por parte dos professores que participaram nas sessões abertas sobre o currículo face às condicionantes.

Entre as principais considerações resultantes destas visitas enumeram-se:

- o reconhecimento da necessidade urgente de ter um currículo digno para Timor-Leste, que substitua o currículo transitório herdado da ocupação indonésia;
- a vontade que este currículo novo seja adequado à realidade do Timor-Leste e das suas escolas, com especial referência aos conteúdos das disciplinas de História, Geografia e de Língua Portuguesa;
- uma preocupação com a articulação do currículo do ensino secundário com o currículo do pré-secundário ;

- o reconhecimento de grandes carências na formação dos professores – a nível da Língua Portuguesa, das áreas científicas e das metodologias de ensino (integração teoria / prática);
- grandes dificuldades com a Língua Portuguesa e a vontade de ter mais apoio nesta área;
- uma convicção de que sem formação de professores e sem condições mínimas nas escolas, um currículo novo não terá os resultados esperados;
- falta de pessoal não docente qualificada que impossibilita a boa organização / administração das escolas;
- a ausência de condições mínimas na grande parte das escolas timorenses – saneamento, luz eléctrica, mobiliário, cantina, laboratórios, computadores, bibliotecas e outros recursos.

Os directores e professores das escolas foram receptivos ao pacote proposto pelo Gulbenkian / IPAD, que incluía Guiões para professores e Manuais para alunos, bem como a possibilidade de participarem na discussão das propostas e sua experimentação.

2.2.6.4 Externato de São José (Díli) / Padre Leão da Costa

Foi o nosso privilégio ainda reunir com o Senhor Padre Leão da Costa, uma das figuras mais respeitadas da história recente do Timor-Leste, e a Dra. Fátima Soares, Directora do Externato São José, na casa do Senhor Padre em Díli.

O Padre Leão da Costa mostrou-se contente com a missão de criar um currículo novo para Timor-Leste, dado que até agora as escolas têm navegado sem um currículo consistente e adequado a este jovem País.

O Externato São José, símbolo de resistência às imposições do regime indonésio, onde se manteve o uso e ensino da língua portuguesa durante cerca de 15 anos, fechou em 1992, depois do massacre de Santa Cruz, por prudência. Muitas das vítimas deste massacre tinham sido alunos do Externato São José e temiam-se as piores reacções das autoridades.

Presentemente, esta escola privada, católica, segue um currículo híbrido – o oficial de Timor-Leste e o Português - recebendo um total de 508 alunos, distribuídos por 16 turmas, a longo dos três ciclos (do 1º ao 12º anos). Tem 37 professores,

permanentes, contratados e voluntários (que ensinam gratuitamente e ainda pagam uma quota por serem membros associados do Externato). No recrutamento de professores, o Externato é exigente: para ensinar nesta escola é necessário falar e escrever correctamente em português. Também têm professores portugueses.

Visto como a peça fundamental na construção do futuro de Timor-Leste e elemento central na história do Externato, o ensino da língua portuguesa tem uma grande importância, sendo progressivamente assumido com maior ênfase na componente curricular, de forma progressiva com o avanço da escolaridade (3-4-5-6 horas / semana). Quanto a recursos e equipamentos: Laboratórios de Ciências não têm (os alunos vão, por vezes, aos laboratórios da UNTL), têm «alguma coisa» de computadores e três professores que sabem usá-los, mas falta ligação à Internet e, muitas vezes, luz eléctrica. Para além destes equipamentos, o Padre Leão da Costa referiu as vantagens de ter Laboratórios de Línguas, para aprendizagem, prioritariamente, de Português e de Inglês.

Quando solicitado sobre a disponibilidade do Externato para participar no projecto de Reestruturação do Currículo do Ensino Secundário, aceitaram com abertura e generosidade ser Escola Piloto para a experimentação do novo Currículo.

3. Conclusões e considerações finais

A Missão técnica realizada pelo grupo permitiu alcançar conclusões muito importantes para a definição do Projecto, seu faseamento e acompanhamento. Foi também possível perceber aspectos que são partilhados por todos os interlocutores e outros que são defendidos apenas por alguns deles.

Passamos a listar as principais conclusões.

1. Tipo de formação para o ensino secundário

Foi claro para responsáveis de todas as instâncias que é desejado para Timor-Leste uma proposta completa de Currículo para o Ensino Secundário que inclua áreas de “Ciências e Tecnologias” e de “Ciências Sociais e Humanidades”. É de admitir que as duas áreas possam ter um tronco de disciplinas comuns, de carácter transversal a todas as formações. Estarão neste caso, muito plausivelmente, a Língua Portuguesa,

o Inglês, as TIC e uma disciplina (nome a definir) que contemple a formação cultural, cívica e ética.

O Currículo em projecto deverá assumir uma perspectiva de Currículo secundário Geral para prosseguimento de estudos, segundo orientações expressas do Ministério da Educação e Cultura. Tal formação deverá ser adequada ao prosseguimento de estudos superiores em Timor-Leste mas também em outros países, com ênfase nos países vizinhos e em países da CPLP. No entanto, vários interlocutores manifestaram ser também prioritário a concepção e implementação de um Currículo de formação técnico-profissional para ingresso directo em profissões específicas.

2. Condicionantes do desenho curricular

O Projecto de Reestruturação do Ensino Secundário foi encarado por todos os interlocutores de modo muito favorável não só por ser uma necessidade do sistema educativo timorense (o Currículo actual é apenas uma adaptação do currículo indonésio, em vigor durante o período de ocupação), como devendo ser conduzido por uma equipa portuguesa para dar continuidade às propostas do Ensino Primário e do Ensino pré-Secundário (Básico), que o antecedem, também concebidas por outros grupos portugueses. Em particular, foram muito apreciadas as propostas de inclusão de Guias Didácticos para o Professor e Manuais Escolar para os alunos, para todas as disciplinas que integrem o Plano Curricular.

Foram apontadas algumas condições a contemplar, com vista ao sucesso da proposta:

- (1) Articulação profunda com a formação anterior do pré-Secundário, quer em termos de objectivos finais deste Ciclo, áreas e disciplinas de formação, bem como temas e conteúdos a abordar, sem, no entanto, deixar de ter como orientação *standards* internacionais para o ensino secundário.
- (2) Necessidade de ir envolvendo progressivamente os professores e estruturas do Ministério da Educação na concepção da proposta curricular, no sentido de perceber as várias sensibilidades e orientações de política educativa para Timor-Leste. A ideia principal deverá ser construir uma proposta com os professores e não apenas para os professores.
- (3) Selecção de temas e contextos adequados à realidade timorense, embora deva existir a preocupação com temáticas actuais de interesse mundial.

- (4) A aplicação do novo Currículo para o Ensino Secundário deve ser feita no seguimento do novo Currículo para o Ensino pré-Secundário (Básico). Os novos programas deverão ser introduzidos de forma progressiva, devendo os alunos ter as bases para o seu acompanhamento.
- (5) O novo Currículo não terá a repercussão esperada se não for acompanhado de um processo paralelo de formação de professores, bem como do estabelecimento de uma rede de escolas dignas e infra-estruturas de comunicação (correio, telefone, Internet, pelo menos).
- (6) A Língua Portuguesa deve ter uma posição de grande centralidade no Ensino Secundário, enquanto disciplina e como língua de ensino. Será, pois, necessário reforçar as competências dos professores neste domínio.

3. Experimentação das propostas

Ficou claro para todos a necessidade de períodos de experimentação das propostas (temas e metodologias de ensino), acompanhada pela equipa de autores, de modo a compreender ajustes a fazer e a identificar carências na formação de professores.

Aliás, a maioria dos interlocutores (governantes, estruturas intermédias, UNTL, formadores de professores) manifestou preocupação sobre a preparação dos professores para se adaptarem às novas orientações, posição aliás corroborada por vários professores, aquando das visitas às Escolas. Será, pois, necessário que os destinatários da acção, os professores, compreendam as novas metodologias de ensino e sejam capazes de perceber as diferenças relativamente a práticas de ensino vigentes. O modo como a experimentação dos novos Programas irá ser conduzida deverá ser objecto de profunda reflexão e programação de modo a poder-se concluir e distinguir condicionantes externas (por exemplo, condições materiais e logísticas), de condicionantes intrínsecas (por exemplo, aprendizagens anteriores dos alunos) às propostas elaboradas.

4. Formação de professores

A preocupação com a formação de professores foi dos aspectos mais enfatizados, a dois níveis.

O primeiro refere-se à preparação dos professores em língua Portuguesa de modo a poderem leccionar as disciplinas específicas em português, conforme previsto na Lei de Bases. Apesar dos esforços conduzidos para a reintrodução (ou recuperação) da

língua portuguesa, os resultados alcançados estão muito aquém das necessidades. Todos os interlocutores acentuaram a importância da língua portuguesa como elemento estruturante da identidade dos Timorenses. Vários professores referiram nas reuniões sentir-se pouco à vontade para falar em português e optaram, nalguns casos, pelo apoio de tradutores. Este é um problema da maior importância para o bom sucesso do projecto de Reestruturação do Ensino Secundário, não só por imperativos da Lei de Bases, como pela necessidade de poderem compreender os Programas, os Guiões Didáticos e os Manuais para alunos, os quais serão escritos em português.

O Governo Timorense manifesta-se consciente deste problema e terá de encontrar formas de alargar a mais professores e mais depressa os programas de formação que tem no terreno, em particular, o Programa de Reintrodução da Língua Portuguesa. Das medidas apontadas para a melhoria do impacto da formação destaca-se a imposição do carácter obrigatório e o acompanhamento dos professores pelos formadores em sala de aula, segundo modelo a definir.

O segundo aspecto carenciado de formação diz respeito à formação científica da especialidade e didáctico-pedagógica. Não existindo em Timor-Leste nenhum sistema organizado de formação continuada de professores, não é plausível supor que os professores possam compreender por si sós o que as novas propostas curriculares possam significar e, sobretudo, sejam capazes de introduzir as mudanças desejáveis. Este aspecto não pode ser descurado e será necessário que o Ministério da Educação monte um sistema de formação dos professores, com prioridade para as escolas onde irá decorrer a reestruturação curricular, através das instituições que fazem já formação inicial de professores. A UNTL manifestou-se interessada e disponível para enviar a Portugal (Universidade de Aveiro) um grupo de docentes que receberia formação específica para, posteriormente, montar um núcleo de formação. Além da UNTL haverá, possivelmente, outras instituições capazes de o fazer e que importará considerar dada a dispersão por todo o território das Escolas Secundárias e a precariedade das vias de comunicação.

5. Infra-estruturas e condições logísticas

As visitas realizadas às Escolas e as reuniões havidas com responsáveis evidenciaram que as carências ao nível do parque escolar são enormes. Os edifícios encontram-se, em geral, altamente degradados, quer na estrutura edificada (salas de aula, espaços para convívio, instalações sanitárias), quer nos equipamentos (mobiliário e recursos didáticos), bem como nos recursos humanos de apoio

(funcionários administrativos, pessoal de limpeza e de vigilância). Não existem bibliotecas organizadas e as poucas que pretendem sê-lo não possuem um sistema de consulta organizado e um horário de funcionamento. Não existem laboratórios para Ciências Naturais Experimentais, nem Laboratórios de Informática ou de Línguas. A única escola das visitadas (Escola Secundária Paulo VI) que dispunha de uma sala equipada com cerca de 20-30 computadores, não tinha professor de Informática.

Os responsáveis educativos estão cientes desta gravíssima carência e sendo intenção do Governo melhorar a Rede escolar (edifícios, organização das escolas em Agrupamentos, racionalização das escolas secundárias para poder melhorar a sua qualidade), apoiamos fortemente a intervenção prioritária no parque escolar. É absolutamente fundamental que exista pelo menos uma Escola Secundária com dignidade, em cada capital de distrito. Deficiências profundas como algumas das verificadas comprometerão o êxito do projecto de reestruturação curricular.

6. Faseamento do Projecto

As condições verificadas no terreno, bem como as opiniões de responsáveis educativos e de governantes, evidenciaram não ser possível concretizar aquilo que fora previsto no pré-projecto (experimentação em algumas escolas, reformulação e generalização posterior a todas as escolas). Dadas as carências de infra-estruturas e da formação de professores (em língua portuguesa e na especialidade), será necessário definir um modelo progressivo de implementação do novo projecto. As condições físicas, materiais e humanas condicionarão as escolas a serem envolvidas. O acompanhamento destas por formadores timorenses no terreno e a avaliação do trabalho desenvolvido envolvendo também a equipa de autores, permitirá considerar e propor objectivos faseados a atingir e formas de estender o novo Currículo a todo o País.

Agradecimentos

O Grupo de Missão agradece a todos os interlocutores a forma como foi acolhido em todas as instituições e por todas as entidades. Realça a generosidade dos comentários e opiniões francas emitidos e releva a importância dos mesmos para a sua melhor compreensão da realidade timorense com vista ao desenho de uma proposta de Ensino Secundário mais adequada às necessidades e cultura dos jovens timorenses.

Destaca-se, em particular, o acolhimento e o apoio dado pela Embaixada de Portugal em Díli. Sem o seu envolvimento explícito não teria sido possível organizar a agenda de reuniões com tão pouca antecedência. As condições logísticas proporcionadas, transporte e motorista disponível durante todo o tempo, foram importantíssimas para que conseguíssemos deslocar-nos de um local para o outro.

Agradece-se também à Fundação Calouste Gulbenkian os contactos prévios estabelecidos com a Embaixada de Portugal de modo a tornar possível a concretização da Missão.

Universidade de Aveiro, 07 de Agosto de 2009

Isabel P. Martins

Gillian Moreira

Ângelo Ferreira